

REABILITAÇÃO COGNITIVA NA APRENDIZAGEM EM CRIANÇAS COM TEA: UMA ABORDAGEM NEUROPSICOPEDAGÓGICA

MARQUES, Neidjane Magalhães Lopes¹

Neuropsicopedagogia

RESUMO

Este estudo evidencia a importância da intervenção neuropsicopedagógica como estratégia de estimulação cognitiva no processo de reabilitação da aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Fundamentada nos aportes da Neurociência, da Psicologia e da Pedagogia, a abordagem neuropsicopedagógica apresenta-se como uma área promissora na elaboração de estratégias interventivas voltadas às necessidades educacionais desse público. Entre as práticas utilizadas, destacam-se atividades lúdicas, jogos pedagógicos e recursos visuais e tecnológicos, os quais contribuem para a estimulação das funções cognitivas e para o fortalecimento das competências socioemocionais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, de abordagem qualitativa, fundamentada em estudo bibliográfico e documental. Os dados foram obtidos a partir da análise de livros, artigos científicos e documentos legais, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), coletados por meio da plataforma Google Acadêmico. A sistematização e análise crítica do material permitiram uma compreensão ampliada e fundamentada acerca da reabilitação cognitiva no contexto da aprendizagem de crianças com TEA.

Palavras-chave: Neuropsicopedagogia. Funções cognitivas. Autismo. Inclusão escolar.

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades persistentes na comunicação e na interação social, além da presença de padrões restritivos e repetitivos de comportamento. Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM-5), essas manifestações aparecem ainda na infância e impactam de forma significativa a vida escolar, social e familiar da criança. Nesse contexto, o

¹ Graduada em Teologia, pela Universidade Estácio de Sá, em Letras - Português e Inglês pela UniCV, e Pedagogia pela Uniasselvi, e-mail neidjane15lopes@outlook.com.

processo de aprendizagem pode ser diretamente comprometido, exigindo estratégias de intervenção especializadas.

A estimulação cognitiva mostra-se essencial para favorecer o desenvolvimento global de crianças com TEA. O aprimoramento de funções cognitivas — como atenção, memória e funções executivas — aliado ao fortalecimento de habilidades socioemocionais, como empatia, autorregulação e interação social, contribui para avanços significativos tanto na aprendizagem quanto na qualidade de vida. Dessa forma, torna-se fundamental investigar metodologias capazes de integrar esses aspectos no processo de reabilitação.

Nesse contexto, a neuropsicopedagogia, enquanto área interdisciplinar que articula conhecimentos da neurociência, da psicologia e da pedagogia, destaca-se como um campo de elevada relevância. Por meio de práticas lúdicas, atividades mediadas e estratégias pedagógicas adaptadas, busca-se potencializar as capacidades cognitivas da criança com TEA, promovendo não apenas a aprendizagem, mas também a inclusão escolar e social. Assim, este artigo tem como objetivo analisar as contribuições da intervenção neuropsicopedagógica enquanto estratégia de estimulação cognitiva no processo de reabilitação de crianças com Transtorno do Espectro Autista.

2. O ADVENTO DA NEUROPSICOPEDAGOGIA

No âmbito científico e educacional, torna-se pertinente investigar o período de origem da Neuropsicopedagogia, cuja natureza tripartite se evidencia no seu próprio nome, resultante da integração entre Neurociências, Psicologia e Pedagogia, considerando-se o contexto histórico e os referenciais teóricos que fundamentaram o surgimento desse campo do conhecimento.

Fülle e Lopes (2023, s.p.) elaboraram uma linha do tempo com os principais marcos da Neuropsicopedagogia no Brasil, entre 2000 e 2022:

2000-2006 – Oferta da disciplina de Estudos Neuropsicopedagógicos em cursos de Pedagogia da PUC/RS e UFRGS, como disciplina optativa.
2007 – Publicação, pela UFRJ, de tese sobre avaliação na perspectiva neuropsicopedagógica em crianças surdas; primeiras pesquisas na UCB/RJ sobre atuação profissional.
2008 (06/12) – Abertura da primeira turma no Brasil do curso de Neuropsicopedagogia e Educação Especial Inclusiva, em pós-graduação lato sensu.

2009 – Formação da primeira turma de alunos em Neuropsicopedagogia; publicação do primeiro artigo científico com a expressão “Neuropsicopedagogia”, resultado de pesquisas iniciadas em 2000.

2010 – Surgimento da Neuropsicopedagogia Clínica como curso de especialização lato sensu.

2014 – Criação da Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia (SBNPp) e do Código de Ética Técnico-Profissional.

2015 – Realização do I Seminário Nacional de Neuropsicopedagogia em Jaraguá do Sul/SC; publicação do primeiro livro brasileiro na área clínica, de autoria da Prof.^a Dra. Rita Russo; participação da SBNPp no Senado Federal na VIII Semana da Valorização da Primeira Infância e Cultura de Paz.

2016 – Publicação de artigos na área, participação em congressos nacionais e internacionais, premiações, aprovação de lei municipal em Cascavel/PR que instituiu o Dia do Neuropsicopedagogo (06/12); criação da Nota Técnica nº 1 sobre atuação profissional.

2017 – Realização do I Congresso de Neuropsicopedagogia do Nordeste e do I Congresso Brasileiro; publicação da Nota Técnica nº 2 sobre protocolos de atendimento.

2018 – Reconhecimento da Neuropsicopedagogia no Código Brasileiro de Ocupações (CBO 2394-40 e 2394-45); publicação do primeiro livro de Neuropsicopedagogia Institucional chancelado pela SBNPp; realização de congressos regionais e publicação internacional em Portugal.

2019 – Realização de novos congressos (Nordeste e Nacional), publicação dos códigos das ocupações, participação em eventos luso-brasileiros.

2020 – Aprovação, na Assembleia Legislativa do Paraná, da lei que institui o Dia do Neuropsicopedagogo em todo o estado.

2021 – Pesquisadores da área recebem prêmios nacionais por estudos apresentados em congressos de neurociências, incluindo o Prêmio Orlando Bueno.

2022 – Publicação internacional no *American Journal of Education Research*; participação no II Congresso Luso-Brasileiro de Transtornos de Aprendizagem; premiações em congressos científicos; menções honrosas e lançamento do livro *Avaliação na Neuropsicopedagogia Clínica*, organizado por Denise Tamaê Borges Sato e avaliado pela SBNPp.

Cabe evidenciar que um marco frequentemente referido como o início da sistematização formal dessa área no Brasil ocorreu no ano de 2008, na cidade de Joinville, no estado de Santa Catarina. Ressalta-se, contudo, que debates acerca da interface entre Educação, Psicologia e Neurociências já vinham sendo desenvolvidos desde a década de 2000, conforme contextualiza Melo (2019, s.p.). Segundo o autor, esse processo teve início a partir da iniciativa de um grupo de docentes vinculados a uma instituição de ensino e pesquisa sediada na referida cidade, a qual prestava assessoria em cursos de pós-graduação. Tal iniciativa foi motivada por uma proposta ousada e empreendedora do diretor da instituição, culminando na criação de um grupo voltado à observação e à pesquisa, fundamentado em um senso crítico apurado e orientado pelas demandas e responsabilidades do contexto escolar vivenciado à época.

Foi então que se criou a produção de novos conhecimentos para que fossem aproveitados em uma perspectiva educacional, indo além de estudos já existentes que

evidenciavam apenas o comportamento e as emoções. Era preciso incluir discussões que envolvessem as Neurociências aplicadas à Educação, nas especificidades das aprendizagens escolares. Todos do grupo tinham muito diálogo e foram subsidiados pela confiança que a instituição inspirava, provocando e desafiando-os na construção destas novas frentes. A partir disso, uniram-se para pensar esses olhares e avaliar tudo o que estava disponível no âmbito da educação especial, das dificuldades de aprendizagem, da inclusão escolar e do atendimento multidisciplinar, a partir das concepções transdisciplinares que o grupo tinha (Melo, 2019, s.p.).

A partir das transformações identificadas ao longo dos anos, os campos da neurologia, psicologia cognitiva e Pedagogia, áreas responsáveis pelo estabelecimento das relações com a neurociência, acabaram se tornando a Neuropsicopedagogia, cujo propósito tem sido promover estudos e pesquisas em prol das funções envolvendo esses profissionais e indivíduos que apresentam distúrbios neuronais. As áreas do conhecimento que, anteriormente tinham ações desvinculadas entre si, passaram a apresentar relações, com a denominação de neuroeducação, propiciando mecanismos de identificação, diagnóstico, reabilitação e prevenção frente às dificuldades e distúrbios das aprendizagens apresentadas pelos alunos da educação básica (Almeida, 2023, s.p.).

A Neuropsicopedagogia fundamenta-se no arcabouço teórico-metodológico das Neurociências. Nesse sentido, conforme dispõe o art. 10º do Código de Ética Técnico-Profissional da SBNP, a Neuropsicopedagogia é conceituada como:

"A Neuropsicopedagogia é uma ciência transdisciplinar fundamentada nos conhecimentos da Neurociências aplicadas à educação, com interfaces da Pedagogia e da Psicologia Cognitiva que têm como objeto formal de estudo a relação entre o funcionamento do sistema nervoso e a aprendizagem humana numa perspectiva de reintegração pessoal, social e educacional" (Artigo 10 – Resolução SBNP n.º 03/2014).

Durante toda a sua existência, uma pessoa adquire algum conhecimento, habilidade ou novas memórias. Esse processo que em diversas situações pode ser apresentado em formas sociais ou solitária, sofre alterações que são relacionadas entre mente e cérebro. Nesse contexto, apresenta-se a Neurociência como o campo que estuda as bases neurológicas, o funcionamento do sistema nervoso e as relações entre os aspectos fisiológicos e os socioculturais (Relvas, 2012 *apud* Lobato e Nopres, 2021, s.p.).

O termo “neurociências” foi criado pelos cientistas Michael S. Gazzaniga e George A. Miller, no fim de 1970, com o desejo de batizarem seus estudos sobre o cérebro. Entretanto, investigar sobre a complexidade do cérebro não é algo recente, pois constam registros históricos que descrevem a técnica da trepanação e como era praticada desde o período Neolítico, cerca de mil anos antes de Cristo. Contudo, no início do ano 2000, logo após a “Década do cérebro” instituída pelo Congresso nos Estados Unidos, iniciaram-se no Brasil os primeiros movimentos para construir uma ponte entre Neurociências e Educação (Fülle e Lopes, 2023, s.p.).

Segundo Corrêa *et al.*, essa junção das Neurociências com a Educação é definida como:

Neurociência educacional, também conhecida como Neuroeducação, é um campo interdisciplinar que busca integrar os conhecimentos da neurociência com a prática educacional. Seu objetivo principal é entender como o cérebro aprende e como essas descobertas podem ser aplicadas para melhorar métodos de ensino, desenvolvimento curricular e ambientes educacionais como um todo (Corrêa *et al.*, 2025, s.p.)

Diversas pesquisas realizadas em instituições universitárias buscaram evidências científicas que atestassem a eficácia da aplicação desse conjunto interdisciplinar no contexto educacional. No âmbito da educação, este artigo retoma os preceitos estabelecidos na Lei nº 9.394/1996, em seu art. 1º, que dispõe que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996, art. 1º).

Em síntese, a educação configura-se não apenas como um direito fundamental, mas também como um alicerce para o desenvolvimento humano e social, capaz de estruturar sociedades mais justas e equitativas. A Neuropsicopedagogia, por sua vez, contribui de maneira significativa para esse processo.

3. DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO (DSM-5) DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Os Transtornos do Espectro Autista (TEA) constituem um grupo diverso de condições. Caracterizam-se por algum grau de dificuldade de interação social e

comunicação. Outras características incluem padrões atípicos de atividades e comportamentos, como dificuldade de transição de uma atividade para outra, foco em detalhes e reações incomuns a sensações. As habilidades e necessidades das pessoas autistas variam e podem evoluir ao longo do tempo. Embora algumas pessoas com autismo possam viver de forma independente, outras apresentam deficiências graves e necessitam de cuidados e apoio por toda a vida. O autismo frequentemente afeta a educação e as oportunidades de emprego. Além disso, as demandas por cuidados e apoio às famílias podem ser significativas. As atitudes sociais e o nível de apoio oferecido pelas autoridades locais e nacionais são fatores importantes que determinam a qualidade de vida das pessoas com autismo (OMS, 2023, s.p.).

Segundo o Ministério da Saúde:

O conceito de autismo infantil (AI), portanto, se modificou desde a sua descrição inicial, passando a ser agrupado em um contínuo de condições com as quais guarda várias similaridades, que passaram a ser denominadas de transtornos globais (ou invasivos) do desenvolvimento (TGD). Mais recentemente, denominaram-se os transtornos do espectro do autismo (TEA) para se referir a uma parte dos TGD: o autismo, a síndrome de Asperger e o transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação (portanto, não incluindo a síndrome de Rett e o transtorno desintegrativo da infância). (Brasil, 2014, p. 14).

Pessoas com autismo frequentemente apresentam condições concomitantes, incluindo epilepsia, depressão, ansiedade e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, além de comportamentos desafiadores, como dificuldade para dormir e automutilação. O nível de funcionamento intelectual entre pessoas autistas varia amplamente, desde comprometimento profundo até níveis superiores (OMS, 2023, s.p.).

Atualmente, o TEA possui, assim, três graus de autonomia, sendo estes: leve (exigindo apoio), moderado (exigindo apoio substancial) e grave (exigindo apoio muito substancial) (Pimenta, 2019 *apud* Marco *et al.*, 2021). Acometidos com o grau leve possuem falta de interesse em interações sociais, inflexibilidade de comportamentos, dificuldade em trocar de atividade e um certo nível de dependência. No grau moderado, os acometidos possuem grandes déficits de comunicação, limitando mais ainda as interações sociais, além de dificuldade em lidar com mudanças e comportamentos restritos e repetitivos. Já os acometidos com o grau grave possuem também grandes déficits de comunicação e uma alta limitação nas interações sociais,

dificuldade extrema em lidar com mudanças e comportamentos restritos e repetitivos que comprometem acentuadamente a vida pessoal (Savall & Dias, 2018 *apud* Marco *et al.*, 2021).

De acordo com o Dicionário APA de Psicologia (2023, s.p.), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é o termo adotado oficialmente pelo DSM-5 e pelo DSM-5-TR para englobar condições anteriormente classificadas separadamente, como o autismo, o transtorno de Asperger e o transtorno desintegrativo da infância. Essas condições deixaram de ser consideradas diagnósticos distintos, passando a ser compreendidas dentro de um mesmo espectro. Além disso, condições médicas ou genéticas associadas, como a síndrome de Rett, são tratadas como especificadores do transtorno.

Por decisão do Ministério da Saúde, a partir de 1º de janeiro de 2027 entrará em vigência no Brasil a 11ª versão da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11), publicada pela OMS em 2021 e traduzida para o português do Brasil somente em 2024. Essa atualização marca uma transformação significativa para o diagnóstico e classificação de condições relacionadas ao autismo e ao neurodesenvolvimento. Em relação ao autismo e neurodesenvolvimento, a nova CID compatibiliza-se com a quinta versão do Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM-5) e sua versão revisada, DSM-5-TR, da Associação Americana de Psiquiatria, vigente desde 2013, consolidando avanços científicos e clínicos em uma linguagem padronizada e global. Essa mudança simplifica o diagnóstico e facilita o acesso a serviços de saúde. O novo código também permite subdivisões com base em prejuízos funcionais na linguagem e na cognição, possibilitando maior precisão no suporte às necessidades individuais de cada pessoa. A síndrome de Rett foi separada do espectro do autismo e classificada como LD90.4 (condição clínica na qual o desenvolvimento inicial aparentemente normal é seguido por perda parcial ou completa de fala e de habilidades em locomoção e uso das mãos, juntamente com desaceleração no crescimento da cabeça, outros sintomas e sinais, resultando num retardo mental grave). Com a nova estrutura eletrônica e multilíngue, a CID-11 facilita a coleta de dados globais, promovendo uma melhor compreensão das tendências de saúde e intervenções eficazes., refletindo sua especificidade genética e clínica. A nova classificação unifica os quadros relacionados ao TEA e adota uma estrutura detalhada, com códigos específicos para distinguir TEA com ou sem deficiência

intelectual e/ou comprometimento de linguagem funcional. Essa atualização não apenas garante maior consistência diagnóstica, como também permite uma compreensão mais precisa da funcionalidade e necessidade de suporte de cada indivíduo, especificando níveis relacionados às habilidades cognitivas e de linguagem, direcionando intervenções mais assertivas e personalizadas. A CID-11 traz avanços na classificação do autismo e em toda a área de neurodesenvolvimento, reflete as mudanças sociais e científicas ao longo das últimas décadas, destacando a importância de abordagens individualizadas e baseadas em evidências. Com a nova estrutura eletrônica e multilíngue, essa classificação facilita a coleta de dados globais, promovendo uma melhor compreensão das tendências de saúde e intervenções eficazes. O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação e na interação interpessoal em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e nas habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Na CID-11, o autismo infantil e a Síndrome de Asperger são agrupados no código 6A02, que identifica o Transtorno do Espectro Autista (TEA). A adoção oficial da CID-11 prevê um impacto significativo na qualidade do atendimento e na geração de estatísticas mais precisas, orientando políticas públicas e estratégias de saúde global (Dunningham; Andrade Filho, 2024, s.p.).

E para contribuir com o diagnóstico do TEA, segundo Martins (2022, s.p.), no dia 2 de abril - Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo - o Ministério da Saúde chama a atenção para esse assunto de suma importância, e através dos dados do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) mostram que o Brasil realizou, em 2021, 9,6 milhões de atendimentos em ambulatórios, a pessoas com autismo, sendo 4,1 milhões ao público infantil com até 9 anos de idade.

Diante desse panorama, observa-se que o Transtorno do Espectro Autista se configura como uma condição complexa e heterogênea, que demanda uma compreensão ampla, interdisciplinar e baseada em evidências científicas. As atualizações nos critérios diagnósticos, bem como o aumento expressivo de atendimentos registrados no sistema de saúde brasileiro, evidenciam a necessidade de estratégias cada vez mais precisas para identificação, acompanhamento e intervenção junto às crianças com TEA.

3.1 Repercussões do Transtorno do Espectro Autista no processo de aprendizagem

Conforme afirma Luciana Brites, fundadora do Instituto NeuroSaber e mestra em Distúrbios do Desenvolvimento:

A comunicação e a interação social das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são os aspectos do desenvolvimento que sofrem mais impacto. As crianças com autismo podem não responder quando chamam seus nomes, sorrir para as pessoas, cumprimentar e se despedir. Costumam evitar o contato visual e apontam com os dedos para se comunicar. A dificuldade de interação dificulta o desenvolvimento de habilidades de comunicação e linguagem nas crianças com autismo. Isso afeta o aprendizado e requer um planejamento pedagógico que engloba suas necessidades, habilidades e demandas na escola (Brites, 2020, s.p.).

O processamento sensorial de um indivíduo com TEA, frequentemente apresenta dificuldades para enfrentar as diversas sensações do ambiente, tais como: sons, luzes, texturas, movimentos e toques. As dificuldades de processamento sensorial prejudicam as experiências de sala de aula desses indivíduos (Carolina *et al.*, 2019 *apud* Scamati; Cantorani; Picinin, 2025, p. 9).

As crianças com Transtorno do Espectro Autista têm dificuldade em enxergar o todo. Podem se perder nos detalhes, não conseguir reunir diferentes fontes de informação e ver a situação de uma forma ampla. A dificuldade nessa área pode afetar o aprendizado e o desenvolvimento das crianças com autismo. Por exemplo, depois de ler uma história, uma criança pode se lembrar dos detalhes, mas esquecer o significado geral da história. Ela pode olhar um livro ilustrado e focar nos detalhes em segundo plano, e não nos personagens e enredo principal (Brites, 2020, s.p.).

Reconhecer esses e outros apontamentos é fundamental para identificar as ações que os professores podem adotar para superar os desafios no Ensino de alunos com TEA. A reflexão sobre a prática pedagógica com esse público é importante para revelar aspectos essenciais do ambiente escolar e para gerar um impacto significativo na inclusão desses indivíduos em escolas regulares e na sociedade como um todo (Scamati; Cantorani; Picinin, 2025, p. 9).

No contexto da reabilitação cognitiva, o neuropsicopedagogo atua diretamente no desenvolvimento das funções cognitivas, as quais são fundamentais para os processos de aprendizagem. Nesse sentido, Barros (2025, local 3) conceitua as habilidades cognitivas da seguinte forma:

As habilidades cognitivas compreendem um conjunto de operações mentais responsáveis pelo processamento, organização e utilização das informações adquiridas pelo sujeito. Tais habilidades permitem que o indivíduo interaja ativamente com o meio, atribuindo sentido às experiências e transformando percepções sensoriais em conhecimento significativo. O pleno desenvolvimento dessas funções é condição essencial para que a aprendizagem ocorra de forma eficiente, autônoma e duradoura.

Percebe-se a importância do desenvolvimento cognitivo para a aprendizagem da criança e para seu desenvolvimento global, uma vez que a cognição envolve processos como raciocínio, pensamento, memória, abstração, imaginação, linguagem e outras funções neurocognitivas essenciais. Tais processos são fundamentais para a construção do conhecimento e para a participação ativa da criança nos diferentes contextos de aprendizagem.

Nesse sentido, a efetivação do desenvolvimento cognitivo de crianças com Transtorno do Espectro Autista no ambiente escolar está diretamente relacionada às condições de acesso, permanência e participação asseguradas pelas políticas de educação inclusiva. Assim, a inclusão escolar de alunos com TEA configura-se não apenas como um direito legal, mas como um pressuposto para a promoção de práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem. A Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, representa um marco legal ao instituir “a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990” (Brasil, 2012).

A partir dessa legislação, torna-se dever do Estado, da sociedade e das instituições de ensino promover ações que garantam o pleno exercício dos direitos fundamentais das pessoas com TEA, respeitando suas especificidades cognitivas, emocionais e sociais. Assim, a escola deve se organizar para oferecer um ambiente de aprendizagem que favoreça o desenvolvimento global, articulando práticas inclusivas e intervenções de reabilitação cognitiva que atendam às necessidades individuais de cada aluno. Ademais, a atuação do neuropsicopedagogo fundamenta-se no estudo dos mecanismos cerebrais envolvidos nos processos de aprendizagem, buscando compreender como o cérebro recebe, organiza, processa e armazena as informações provenientes das experiências sensoriais.

4. INTERVENÇÃO NEUROPSICOPEDAGÓGICA: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS

A Neuropsicopedagogia pode ser examinada a partir dos fundamentos da neurociência, os quais sustentam tanto as investigações quanto as intervenções. Torna-se, assim, imprescindível compreender as funções desempenhadas pelo cérebro. De forma sintética, para abordar o tema proposto no presente trabalho e viabilizar a intervenção prática, faz-se necessário analisar e considerar essas funções de maneira criteriosa.

Conforme o art. 14 da Resolução SBNP nº 05/2021, “o neuropsicopedagogo trabalhará para promover a saúde e a qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade que passarem por sua intervenção ou avaliação e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, omissão, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (SBNP, 2021).

Uma ampla gama de intervenções, desde a primeira infância e ao longo da vida, pode otimizar o desenvolvimento, a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida de pessoas autistas. O acesso oportuno a intervenções psicossociais precoces baseadas em evidências pode melhorar a capacidade de crianças autistas de se comunicarem efetivamente e interagirem socialmente. Recomenda-se o monitoramento do desenvolvimento infantil como parte dos cuidados de saúde materno-infantis de rotina (OMS, 2023, s.p.).

Assim, duas questões tornaram-se fundamentais: a importância da detecção de sinais iniciais de problema de desenvolvimento em bebês que podem estar futuramente associados aos TEA e a necessidade do diagnóstico diferencial. A primeira se refere à necessidade de uma intervenção, o que aumenta a chance de maior eficácia no cuidado dispensado. A segunda questão se refere à construção de procedimentos que devem ser utilizados pela equipe multiprofissional responsável para o estabelecimento do diagnóstico e a identificação de comorbidades (Brasil, 2014, p.14).

A identificação de sinais iniciais de problemas possibilita a instauração imediata de intervenções extremamente importantes, uma vez que os resultados positivos em resposta a terapias são tão mais significativos quanto mais precocemente instituídos. A maior plasticidade das estruturas anátomo-fisiológicas do cérebro nos primeiros anos de vida e o papel fundamental das experiências de vida de um bebê, para o

funcionamento das conexões neuronais e para a constituição psicossocial, tornam este período um momento sensível e privilegiado para intervenções. Assim, as intervenções em casos de sinais iniciais de problemas de desenvolvimento que podem estar futuramente associados aos TEA podem ter maior eficácia, devendo ser privilegiadas pelos profissionais (Brasil, 2014, p.16).

Todo o cérebro é ativado no processo de aprendizagem, do nível molecular e celular às áreas corticais e a partir da observação do comportamento cerebral é possível detectar transtornos de aprendizagem. As intervenções neuropsicopedagógicas estão interligadas ao processo de avaliação onde as mesmas apontam as metodologias interventivas (Martins *et al.*, 2023, s.p.).

Conseqüentemente:

Especialmente para os casos de autismo, a abordagem neuropsicopedagógica inclui avaliação neuropsicológica e através desse procedimento, se busca identificar as áreas em que a criança ou adolescente têm prejuízos de aprendizagem. A partir disso, é elaborado um plano de avaliações e intervenções pedagógicas individualizadas, que leva em conta as habilidades e dificuldades da criança (Macedo, 2025, s.p.).

No entanto, para que o educador consiga fazer essa relação sobre o que e como ensinar o aluno com autismo é necessária formação adequada, caso contrário a metodologia utilizada em sala não servirá para alcançar o objetivo desejado, que é a aprendizagem. Esse é um grande problema encontrado nas escolas, pois os professores não estão preparados para lidar com essas crianças, pela falta de formação (Battisti; Heck, 2015, p.17).

Para assegurar a inclusão escolar de alunos com transtornos de aprendizagem, é necessário que as escolas tenham em conta as suas especificidades. Assim, pode ser necessário o emprego de práticas como: adaptação dos materiais curriculares e avaliações adotadas, alocação de um professor de apoio para acompanhar os alunos individualmente, redução de tarefas e atividades extracurriculares, entre outras (Tabaquim, 2003 *apud* Santos, 2025, s.p.).

A partir de uma abordagem neurorreferencial, a Neuropsicopedagogia é capaz de identificar, na forma de avaliação, quais são as particularidades de cada indivíduo e suas características em relação ao aprendizado e, assim, permitem desenvolver intervenções específicas para cada aluno. Este enfoque procura oferecer alternativas

que façam parte do processo educacional de forma mais ampla, levando em conta, as especificidades e necessidades de cada estudante (Bossa, 2000 *apud* Santos, 2025, s.p.).

Existe os métodos PECS - Picture Exchange Communication System (sistema de comunicações de troca de imagem), que facilita a comunicação e a compreensão da mesma e o método *Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children* (TEACCH), (Tratamento e Educação de Crianças Autistas e com Deficiências Relacionadas à Comunicação), ambos buscam a autonomia realizando trabalhos estimulando visual e corporal. Existe também método SonRise, que visa capacitar todos os envolvidos com a criança autista (família, professor) a desenvolver novas formas de comunicação e interação em conjunto por meio de atividades lúdicas que possibilitem aprendizagem, autonomia e inclusão (Santos, 2025, s.p.).

Diante disso, esse método busca a independência da criança autista, realizando um trabalho através de estímulos visuais e corporais, pois através das imagens as crianças serão estimuladas a fazer movimentos corporais como, apontar, buscar, e isso faz com que a criança se movimente (Battisti; Heck, 2015, p.18-19).

Esse é um método extremamente eficaz que pode e deve ser utilizada por todos os profissionais que se dispõem a atender o autismo com qualidade independente de sua especialidade ou do método que costuma utilizar. Ou seja, necessita de uma intervenção estruturada, com organização do espaço, material, atividades e rotinas de trabalhos bem elaborados, amparados de apoio visual (Sá *et al.*, 2019, s.p.).

Ademais, no campo da neuropsicopedagogia, a Análise do Comportamento Aplicada configura-se como uma abordagem interventiva relevante no favorecimento dos processos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme expresso na literatura:

Estudos apontam que este acompanhamento pode se tornar mais eficaz quando se utiliza de meios funcionais para que se tenha resultados reais, pensando nisso é possível que se utilize como aliado a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para se trabalhar o desenvolvimento deste aluno, já que ela pode ser aplicada não só nos estudantes com TEA, colaborando e auxiliando no processo pedagógico (Oliveira; Silva, 2021 *apud* Brito, 2022, p.20).

Em geral, as intervenções baseadas na ABA são altamente individualizadas e adaptadas às necessidades específicas de cada indivíduo. Os planos de intervenção são desenvolvidos com base em uma análise cuidadosa do comportamento atual e

das metas desejadas, e são avaliados regularmente para garantir a eficácia e a adaptação às mudanças nas necessidades do indivíduo. Por conta dessas especificidades, a Análise Aplicada do Comportamento tem sido amplamente aplicada no tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA) devido à sua eficácia comprovada por meio de evidências científicas (Cifuentes; Becerra, 2019 *apud* Nogueira et al., 2023, s.p.).

Segundo Russo (2015 *apud* Santos, 2025, s.p.) podem ser adotadas várias as estratégias de intervenções a serem utilizadas em pacientes com TEA, servindo para explorar funções cognitivas além de trabalhar com linguagem comportamento afetivo e social. Sendo assim, são várias as possibilidades de intervenções e estudos que tem contribuído para estudos dos neurocientistas além de atividades variadas para exercitar o cérebro e estimular indivíduos que apresentam algum tipo de dificuldades.

Quando trabalhamos com o autismo é importante que se analise os comportamentos alvo, identificando quais são deficitários ou inexistentes e devem ser ampliados (como por exemplo: social, acadêmico, pré acadêmico, verbal, gestual, etc.), e quais devem ser diminuídos (como por exemplo: interesses restritivos, estereotípias, comportamentos alto agressivos ou agressivos). Na escola esta análise é muito importante já que a partir dela é criado o PEI – Plano Educacional Individualizado, onde será traçado quais caminhos acadêmicos o aluno seguirá, levando em consideração a individualidade de cada um (Guilhardi; Romano; Bagaiolo, 2015 *apud* Brito, 2022, p.20).

Além dos métodos anteriormente expostos, a reabilitação cognitiva de crianças com Transtorno do Espectro Autista pode ser potencializada por meio da utilização de atividades lúdicas e de tecnologias assistivas, as quais se configuram como recursos relevantes no campo da neuropsicopedagogia. Conseqüentemente, “no momento da intervenção, institucional ou clínica, a ludicidade atrai a atenção do paciente ou aprendente, e isso, contribui para que o trabalho que é proposto seja bem desenvolvido e conseqüentemente pode chegar ao resultado desejado (Araújo *et al.*, 2023, p.82).

Cores, sons, movimentos e afetividade são estímulos sensoriais primordiais para o desenvolvimento cognitivo infantil. A estimulação precoce irá interagir fortemente com os órgãos dos sentidos e com a carga genética da criança, produzindo um efeito decisivo no desenvolvimento cerebral desta, trazendo impactos de longa

duração na fase adulta (Bartoszeck; Bartoszeck, 2012 *apud* Cavalcante *et al.* 2019, s.p.).

A estimulação cerebral deve ocorrer de forma contínua e sistemática, desde a infância até a vida adulta, com o objetivo de exercitar as capacidades neurais e promover a plasticidade cerebral, evitando que potenciais cognitivos permaneçam adormecidos por falta de estímulo. Nesse processo, o neuropsicopedagogo dispõe de diversos recursos terapêuticos e pedagógicos que favorecem a ativação e o fortalecimento das redes neurais, entre os quais se destacam os jogos e atividades lúdicas (Barros, 2025, s.p.).

A estimulação do brincar no ambiente escolar vem demonstrando trazer benefícios para o desenvolvimento da criança, principalmente para os pré-escolares, contudo, os benefícios se estendem também para as crianças em fase escolar, proporcionando o desenvolvimento de habilidades emocionais, sociais e cognitivas (Machado; Almeida, 2017 *apud* Cavalcante *et al.* 2019, s.p.).

Portanto, tanto no contexto escolar quanto no clínico, o uso de jogos requer seriedade metodológica, com objetivos claramente definidos e alinhados ao plano interventivo. Além de estimular o respeito às regras e o autocontrole, o jogo promove emoções positivas e a associação entre prazer e aprendizagem, criando condições favoráveis ao engajamento e à autorregulação (Barros, 2025, s.p.).

A leitura, a escrita e os desenhos em toda fase infantil são importantes para proporcionar atividades pedagógicas e brincadeiras lúdicas nas crianças, pois elas contribuem para o desenvolvimento da linguagem, da percepção, imaginação, concentração e memorização. Fantoches e bonecos de dedos tornam o ato de contar histórias mais interessante, assim, como desenhar, escrever e pintar sobre personagens preferidos da criança e esta fica com maior entusiasmo na brincadeira (Fernandes; Lucena, 2021, s.p.).

Diante das diversas possibilidades de intervenção existentes, a atuação do neuropsicopedagogo mostra-se essencial na organização de estratégias planejadas, individualizadas e fundamentadas em evidências científicas. Essas ações, desenvolvidas de forma articulada com outros profissionais, favorecem a estimulação das funções cognitivas, contribuem para a melhoria dos processos de aprendizagem e promovem o desenvolvimento global da criança com Transtorno do Espectro Autista.

5. METODOLOGIA

A pesquisa para a presente dissertação foi planejada de forma a permitir uma compreensão aprofundada sobre a intervenção neuropsicopedagógica na reabilitação de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Optou-se por um delineamento de caráter exploratório e descritivo, adequado para investigações que buscam identificar, analisar e interpretar fenômenos ainda pouco sistematizados na literatura, fornecendo subsídios para futuras pesquisas e práticas pedagógicas.

No desenvolvimento do estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa, uma vez que o objetivo central consistiu em analisar e compreender conceitos, teorias e estratégias relacionadas à neuropsicopedagogia aplicada ao TEA, mais do que quantificar dados ou resultados. Essa abordagem permitiu investigar de forma detalhada os processos de intervenção, os fundamentos teóricos e os instrumentos utilizados, assim como refletir criticamente sobre suas contribuições para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos.

Para a coleta de dados, a pesquisa se baseou em estudo bibliográfico e documental, contemplando livros, artigos científicos e documentos oficiais que abordam a temática da neuropsicopedagogia, práticas de intervenção e legislação educacional pertinente, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996). A seleção das obras e artigos considerou critérios de relevância, atualidade e consistência científica, garantindo que as fontes utilizadas oferecessem suporte teórico sólido e fundamentado.

O método de compilação foi empregado para organizar, sistematizar e analisar criticamente as informações obtidas. Esse procedimento consistiu em reunir diferentes contribuições acadêmicas e legais, comparar abordagens, identificar convergências e divergências, e reinterpretar conceitos à luz do objetivo central da pesquisa. A análise permitiu construir uma visão integrada do tema, evidenciando práticas eficazes de intervenção neuropsicopedagógica, desafios enfrentados pelos profissionais e lacunas ainda existentes no campo.

Além disso, os procedimentos adotados na pesquisa foram planejados de forma a manter coerência entre os objetivos do estudo, o problema de pesquisa e a fundamentação teórica. Cada etapa da investigação buscou garantir que os dados coletados e analisados contribuíssem para a compreensão aprofundada do papel da neuropsicopedagogia na reabilitação de indivíduos com TEA, bem como para a

proposição de estratégias pedagógicas mais eficientes e contextualizadas às necessidades específicas desses alunos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões apresentadas, evidencia-se que a reabilitação cognitiva de crianças com Transtorno do Espectro Autista constitui um processo complexo e indispensável para a promoção do desenvolvimento global e da aprendizagem. O TEA, por sua natureza heterogênea, demanda intervenções individualizadas, contínuas e fundamentadas em evidências científicas, capazes de contemplar as especificidades cognitivas, comunicativas, sociais e comportamentais de cada criança.

Nesse contexto, a atuação do neuropsicopedagogo destaca-se como elemento central no planejamento e na implementação de estratégias interventivas que integrem conhecimentos da neurociência, da psicologia e da pedagogia. A reabilitação cognitiva, quando conduzida a partir de uma abordagem neuropsicopedagógica, possibilita a estimulação de funções essenciais, como atenção, memória, linguagem, funções executivas e raciocínio, favorecendo o processo de ensino e aprendizagem e ampliando as possibilidades de autonomia e participação social da criança com TEA.

Além disso, a utilização de recursos como atividades lúdicas, tecnologias assistivas e metodologias estruturadas demonstra-se eficaz ao promover maior engajamento, motivação e significatividade no processo interventivo, tanto em contextos educacionais quanto clínicos. A articulação entre família, escola e profissionais da saúde também se mostra fundamental para assegurar a continuidade das intervenções e a generalização das habilidades desenvolvidas.

Por fim, ressalta-se que a reabilitação cognitiva, aliada a práticas inclusivas e ao respaldo legal vigente, contribui não apenas para o desenvolvimento individual da criança com TEA, mas também para a construção de uma educação mais equitativa e sensível às diversidades. Assim, reforça-se a importância do investimento em formação profissional, políticas públicas e práticas baseadas em evidências, visando garantir o pleno desenvolvimento e a qualidade de vida das crianças com Transtorno do Espectro Autista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Flávio Aparecido de. **Contribuição da neuropsicopedagogia nos processos de aprendizagem de crianças com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)**. In: Neuropsicopedagogia: conceito e características. Vol. 1. [S.l.]: Editora Científica Digital, 2023. p. 4. ISBN 978-65-5360-280-9. DOI: <https://doi.org/10.37885/230211957>. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/230211957.pdf>. Acesso em: 25 set. 2025.

ARAÚJO, Raiane Santos; BARBOSA, Brenda dos Santos; SOARES, Gérlia Santos; COSTA, Noemi Camilla Carvalho; MORAES FILHO, Aroldo Vieira de. A ludicidade nas intervenções neuropsicopedagógicas. **Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate**, v. 9, n. 2, 2023. Disponível em: <https://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaISE/article/view/1085>. Acesso em: 15 dez. 2025.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSICOLOGIA (APA). **Transtorno do espectro autista (TEA)**. In: Dicionário APA de Psicologia. Washington, DC, 15 nov. 2023. Disponível em: <https://dictionary.apa.org/autism-spectrum-disorder>. Acesso em: 15 set. 2025.

BARROS, Caroline dos Santos Florentino de. As habilidades cognitivas no contexto escolar: contribuições para consolidação da aprendizagem. In: XI Congresso Nacional de Educação (CONEDU), 2025, Campina Grande. **Anais do CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2025. ISSN 2358-8829. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2025/TRABALHO_COMPLETO_EV214_ID7680_TB859_17102025105542.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.

BATTISTI, Aline Vasconcelo; HECK, Giomar Maria Poletto. **A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: teoria e prática**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lísia Regina Ferreira Michels. Disponível em: <https://rd.ufes.edu.br/bitstream/prefix/1251/1/BATTISTI%20e%20HECK.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 31 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de

Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com transtornos do espectro do autismo (TEA)**. Brasília, 2014. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_pessoa_autismo.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **TEA: saiba o que é o Transtorno do Espectro Autista e como o SUS tem dado assistência a pacientes e familiares**. Gov.br, Brasília, 2 abr. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/tea-saiba-o-que-o-transtorno-do-espectro-autista-e-como-o-sus-tem-dado-assistencia-a-pacientes-e-familiares>. Acesso em: 17 set. 2025.

BRITES, Luciana. **Qual o impacto do autismo no desenvolvimento de uma criança?** 20 maio 2020. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/artigos/qual-o-impacto-autismo-no-desenvolvimento-de-uma-crianca/>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRITO, Raphael Martins de. **Aplicação da terapia ABA (Análise do Comportamento Aplicada) na inclusão de crianças e adolescentes autistas em escolas regulares**. 2022. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Universidade de Uberaba, Uberaba-MG, 2022. Disponível em: <http://dspace.uniube.br:8080/jspui/handle/123456789/2006>. Acesso em: 15 dez. 2025.

CAVALCANTE, Marília Vieira; VIEIRA, Daniglayse Santos; BRABOSA, Lilian Christianne Rodrigues; CALDAS, Marcela Araújo Galdino; LÚCIO, Ingrid Martins Leite. Estimulação cognitiva e aprendizagem infantil: revisão de literatura. In: CONEDU – Congresso Nacional de Educação, 2019, [s.l.]. **Anais do CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_S A9_ID8728_19082019155234.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.

CORRÊA, Franck Calegari; COLOMBO, Adriana Gislon Dagostim; DE OLIVEIRA, Alcione; ALVES, Cristiane da Silva Boneli; LUZA, Daiane Aparecida Pereira; DE MEDEIROS, Luana Horácio; MARTINELLI, Marilete Giusti Bonfante; DE SOUZA, Rosângela Vieira; SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana. **Uma Junção De Saberes: Neurociência, Educação e Tecnologia**. Aracê, [S. l.], v. 7, n. 7, p. 37459–37468, 2025. DOI: 10.56238/arev7n7-132. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/6511>. Acesso em: 26 set. 2025.

DUNNINGHAM, William Azevedo; ANDRADE FILHO, Antônio de Souza. Transtorno do espectro autista e a CID-11. **Revista Brasileira de Neurologia e Psiquiatria**, v. 28, n. 2, p. 3, maio/ago. 2024. Disponível em: <http://www.revneuropsiq.com.br/rbnp/article/view/1160/332>. Acesso em: 17 set. 2025.

FERNANDES, Aline da Silva; LUCENA, Everaldo Araújo de. Neuropsicopedagogia: sua relevância nas instituições. **REDES — Revista Educacional da Sucesso**, v. 1,

n. 1, 2021. Disponível em: <https://facsu.edu.br/revista/wp-content/uploads/2021/06/18.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2025

FÜLLE, Angelita; LOPES, Lígia Serrano. Histórico da Neuropsicopedagogia no Brasil: origens, conquistas e perspectivas. Fundamentação Teórica, **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, v. 9, 1 jan. 2023. Disponível em: [file:///C:/Users/Micro/Downloads/\[66\]-HIST%C3%93RICO+DA+NEUROPSICOPEDEGOGIA+NO+BRASIL+ORIGENS,+CONQUISTAS+E+PERSPECTIVAS.pdf](file:///C:/Users/Micro/Downloads/[66]-HIST%C3%93RICO+DA+NEUROPSICOPEDEGOGIA+NO+BRASIL+ORIGENS,+CONQUISTAS+E+PERSPECTIVAS.pdf). Acesso em: 25 set. 2025.

LOBATO, Glauber de Araujo Barroco; NOPRES, Thais Teixeira. A Neurociência como ferramenta no Processo de aprendizagem: Introdução, **Revista MultiAtual - ISSN 2675-4592**. v.2, n.3, 2021.

MACÊDO, Jucelei. **Neuropsicopedagogia ajuda no enfrentamento ao Autismo**. In: Folha da Serra / Saúde, 02 abr. 2025. Disponível em: https://www.folhadaserria2.com.br/geral/_neuropsicopedagogia_ajuda_no_enfrentamento_do_autismo.15422762. Acesso em: 30 nov. 2025.

MARCO, Rafael Lazzari de; DANIEL, Maria Beatriz Nanni; CALVO, Eduardo Nanni; ARALDI, Bruna Lazzari. **TEA e neuroplasticidade: identificação e intervenção precoce / ASD and neuroplasticity: identification and early intervention**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 7, n. 11, p. 104534–104552, nov. 2021. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n11-193>.

MARTINS, Geiziane Natália; NEVES, Sander Justino Persiano; FREITAS, Alcides Alves de; GALVÃO, Iêda Barra de Moura. A importância e contribuição da neuropsicopedagogia na educação / The importance and contribution of neuropsychopedagogy in education. **Revista Científica Doctum: Educação**, v. 1, n. 9 (2023). Disponível em: <https://revista.doctum.edu.br/index.php/EDU/article/view/417/354>. Acesso em: 30 out. 2025.

MELO, Juliana. **História da Neuropsicopedagogia no Brasil**. Texto baseado em entrevista com o Grupo CENSUPEG, [s. l.], 15 jan. 2019. Disponível em: <https://juneuroedu.wixsite.com/especialista/post/2019/01/15/hist%C3%B3ria-da-neuropsicopedagogia-no-brasil>. Acesso em: 29 set. 2025.

NOGUEIRA, Rosely Silva; ALVES, Deles Rosa de Alencar; SILVA, Paula Meirelles Lopes da; SAMPAIO, Mariana Goreth Pereira; LIMA, Ana Maria Freitas Dias; SAMPAIO, Miliana Augusta Pereira. ABA na escola: a importância de se trabalhar a Análise do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 2023, Campina Grande. **Anais do Congresso Nacional de Educação**. Campina Grande: Realize Editora, 2023. ISSN 2358-8829. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV185_MD1_ID14496_TB2793_10052023201225.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.

SÁ, Janaína Patrícia Novaes; MENEZES, Maria Carolina Cavalcanti de Almeida; RIBEIRO, Mariana Laura Queiroz; BRECKENFELD, Taciana Feitosa de Melo.

Intervenções neuropsicopedagógicas em casos de autismo. In: CONEDU – Congresso Nacional de Educação, 2019, [s.l.]. **Anais do CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD4_SA10_ID783_22092019121035.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.

SANTOS, Guilherme Alexandre. **A importância do neuropsicopedagogo no desenvolvimento cognitivo de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. 2025. Artigo científico. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/921730>. Acesso em: 15 dez. 2025.

SBNP – SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEUROPSICOLOGIA. **Resolução nº 05, de 12 de abril de 2021. Altera as Resoluções nº 03/2014 e nº 04/2020**. Dispõe sobre o Código de Ética Técnico-Profissional da Neuropsicopedagogia e suas alterações. [S.l.]: SBNP, 2021.

SCAMATI, Vagner; CANTORANI, José Roberto Herrera; PICININ, Claudia Tania. **Os desafios na aprendizagem de indivíduos com transtorno do espectro autista (TEA): uma revisão**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 33, e030445, jan./mar. 2025. DOI: 10.1590/S0104-40362025003304453. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/y9npmhcjddVQVVLyGhPsynC/>. Acesso em: 31 out. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Autism spectrum disorders. 15 nov. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>. Acesso em: 15 set. 2025.